USINA CAETÉ S. A.

CNPJ 12.282.034/0001-03

Grupo Carlos Lyra

Açúcar Cristal caeté

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos para serem apreciadas pelos senhores acionistas, as Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes às atividades desenvolvidas pela companhia no exercício de 2008, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nos dispostos da Lei das Sociedades por Ações e regulamentações complementares.

O ano fiscal encerrado foi fortemente afetado pelos impactos da volatilidade do sistema financeiro internacional que culminou na falta de liquidez do sistema bancário e financeiro originando num abrandamento na atividade econômica aliada à falta de confiança dos mercados e limitação de acesso de créditos atingindo, dessa forma, severamente a liquidez das empresas.

Neste contexto, o resultado líquido do exercício foi impactado negativamente pelo aumento das variações cambiais (sem efeitos no fluxo de caixa) pelo expressivo reflexo da crise sistêmica internacional que determinou a forte depreciação do real em relação ao dólar e afetando de forma incisiva os resultados financeiros da Companhia.

Por isso, a empresa vem reestruturando suas dívidas de curto prazo com os bancos credores. Assim, dívidas num montante aproximado de R$ 320 milhões estão sendo transformadas em dívidas de longo prazo para amortização em sete anos com até 3 anos de carência para pagamento. É importante frisar, que a monetização dos estoques somada as contas a receber de clientes e as disponibilidades são suficientes para fazer frente ao nosso endividamento de curto prazo.

A geração de caixa medido pelo EBITDA reflete um dos fortes fundamentos de desempenho operacional da Companhia atingindo no exercício o montante de R$ 304,3 milhões superando em 16% ao valor alcançado no mesmo período do ano anterior.

Em linha com as prioridades estratégicas de crescimento, foram realizados investimentos da ordem de R$ 321 milhões em projetos que visam à consolidação da implantação da nova unidade industrial Paulicéia, no Estado de São Paulo e introdução de novas tecnologias nos parques agrícolas e industriais.

Em tempos de crise com a que estamos vivenciando nossa estratégia para 2009 será a cautela baseada na disciplina dos custos e dos investimentos. Os custos operacionais e os investimentos serão criteriosamente avaliados sem jamais abrir mão da qualidade dos nossos produtos, medidas que poderão assegurar um diferencial competitivo e nos permitir aproveitar as oportunidades que surgem em meio às crises.

O importante é que 2009 seja um período de ampla recuperação do setor que conviveu os últimos anos com o mercado praticando uma política de preços baixos tanto para o açúcar como para o etanol. Isso prejudicou muito o caixa das empresas agravado ainda mais pelas dificuldades da crise internacional. Os cenários para os preços de açúcar são otimistas adicionado ao efeito da desvalorização do real que favorecerá as exportações. Nossa experiência nos diz que a Companhia está bem posicionada em produção capaz de capturar as oportunidades.

Não é demais ressaltar que, mesmo levando em conta os efeitos da crise econômica e financeira internacional, o setor sucroenergético é um dos que mais cresceram na economia brasileira nos últimos anos. Com o incremento anual da frota de veículos bicombustíveis as estimativas para o etanol combustível tende a crescer muito mais.

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores e demais parceiros pelo o apoio e confiança depositada e, em caráter especial, expressamos o nosso reconhecimento a todos nossos colaboradores, rurais e urbanos, pelo empenho e dedicação na execução dos objetivos da empresa.

Por fim, reiteramos nossa disposição e otimismo de continuamos juntos nas conquistas que certamente virão em 2009.

DESEMPENHO OPERACIONAL E GERAÇÃO DE RECURSOS

• Perfil do Negócio

A Usina Caeté é uma das principais empresas brasileiras do setor sucroenergético tendo como base do negócio a produção e industrialização da cana-de-açúcar e seus derivados industriais e a comercialização de seus produtos nos mercados internos e externos. A principal atividade de industrialização é a produção de açúcar VHP, açúcar cristal, etanol anidro, etanol hidratado e a geração e comercialização de energia elétrica.

Das cinco unidades industriais em operação, três estão localizadas no Estado de Alagoas, Caeté, Cachoeira e Marituba e duas estão localizadas no Triângulo Mineiro no Estado de Minas Gerais, Delta e Volta Grande.

Em fase de implantação a sexta unidade industrial está localizada no município de Paulicéia no Estado de São Paulo.

• Desempenho Econômico e Financeiro

INFORMAÇÕES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS

Destaque	2004	2005	2006	2007	2008
Mil R$					
Receita Operacional Líquida	521.922	821.470	1.013.577	889.483	1.003.935
EBITDA	152.430	254.380	475.549	262.322	304.304
Margem EBITDA	29%	31%	47%	29%	30%
Lucro Líquido	21.108	88.068	152.570	27.471	(459.272)
CAPEX	82.534	166.096	274.955	241.467	320.621
Dívida Bancária Líquida	397.571	339.013	367.171	603.170	1.227.661
Cana Moida - ton	9.858.136	9.160.113	9.914.096	11.498.704	12.780.104
Cana Própria	6.361.235	6.158.412	6.919.516	6.557.431	7.297.164
Cana de Fornecedores	3.496.901	3.001.701	2.994.580	4.941.273	5.482.940
Produção - ATR	1.087.778	1.082.175	1.294.796	1.214.653	1.275.739
Açúcar - ton	969.932	959.786	1.066.791	996.746	1.026.707
Etanol - m³	117.846	122.389	228.005	217.906	249.031

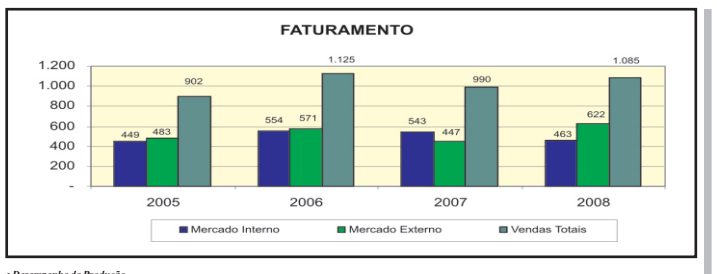
• Receita Operacional Bruta

A Usina Caeté apresentou Receita Operacional Bruta consolidada de R$ 1.085 milhões resultado 10% superior ao verificado no mesmo período de 2007. O aumento das receitas ocorreu praticamente a partir do quarto trimestre, devido, principalmente, aos efeitos da variação cambial nas exportações.

A comercialização de açúcar alcançou R$ 642 milhões e as vendas de etanol totalizaram R$ 335 milhões representando, respectivamente, 59,2% e 30,9% da Receita Bruta. As exportações representaram 57% das Receitas Totais.

Destaque-se a comercialização do excedente de energia elétrica que proporcionou receita de R$ 49 milhões, representando 4,5% da Receita Bruta. Comparando com o mesmo período de 2007 verifica-se um crescimento de 51%.

As receitas referentes às outras vendas de produtos e serviços totalizaram R$ 59 milhões e representaram 5,4% das Vendas Brutas



• Desempenho da Produção

Durante o exercício, foram processadas 12,8 milhões de ton de cana-de-açúcar registrando uma produção, medida em ATR (Açúcar Total Recuperável), de 1.027 mil ton de açúcar e 249 mil m³ de etanol. Comparativamente com o ano anterior a produção de cana-de-açúcar cresceu 11%, açúcar 3% e etanol 14,3%.

• Geração de Recursos

O EBITDA obtido em 2008 alcançou a cifra de R$ 304,3 milhões, comparativamente ao montante de R$ 262,3 milhões registrados em 2007, representando um incremento de 16%, reflexo dos efeitos do maior volume comercializado de açúcar e etanol e da desvalorização do real em relação às exportações. A margem EBITDA atingiu 30% sobre as vendas líquidas, portanto, no mesmo nível da margem alcançada no ano anterior de 30%.

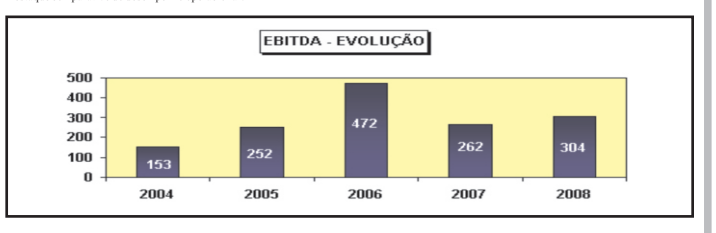
RESULTADO ECONOMICOS E FINANCEIROS

R$ 1.000

DISCRIMINAÇÃO	2008 Valor	2008 %	2007 Valor	2007 %
Receita Bruta de Vendas	**1.084.910**	**108**	**989.900**	**111**
Deduções de Vendas	80.974	8	100.416	11
Receita Liquida de Vendas	**1.003.935**	**100**	**889.483**	**100**
Custo das Vendas	580.087	58	491.145	55
Lucro Bruto	**423.849**	**42**	**398.338**	**45**
Despesas Comerciais	(93.356)	(9)	(84.586)	(10)
Despesas Administrativas	(57.308)	(6)	(48.656)	(5)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	31.118	3	(2.774)	(0)
Geração de Caixa	**304.304**	**30**	**262.322**	**29**
Despesas Financeiras Liquidas	(632.874)	(63)	2.765	0
Depreciação e Amortização	(269.925)	(27)	(222.877)	(25)
Imposto de Renda e CSLL	139.223	14	(14.738)	(2)
Resultado Liquido do Exercício	**(459.272)**	**(46)**	**27.471**	**3**

• Desempenho Operacional

Destaque comparativo do desempenho operacional:



No conceito caixa, no exercício o Custo dos Produtos Vendidos totalizou R$ 580,1 resultando num aumento de 18% quando comparado com o valor alcançado no mesmo de 2007, atribuído basicamente, ao aumento de 5,4% do volume de produto comercializado no ano. O Lucro Bruto totalizou R$ 424 milhões superior em 6% ao valor de R$ 398 milhões alcançado ano anterior.

Ainda no conceito caixa, as Despesas Operacionais, representadas pelas Despesas com Vendas, Administrativas e Outras em relação à Receita Líquida de Vendas refletiu melhoria de eficiência operacional no comparativo anual, passando de 15% em 2007 para 12% em 2008.

• Resultado Financeiro do Exercício

No exercício, as despesas financeiras líquidas apresentaram forte crescimento registrando o valor de R$ 632,9 milhões. O principal fator desse resultado, sem efeito caixa, foi à variação cambial decorrente da desvalorização do real frente ao dólar, que é calculada sobre as dívidas denominadas em dólar e as perdas com derivativos que foram reconhecidas nas Demonstrações Financeiras de acordo com a Lei nº 11.638/07 e MP 449/08.

Do total das despesas financeiras líquidas, destaque-se ainda, o forte crescimento dos encargos financeiros base caixa, incidentes sobre o total da divida bruta cujo crescimento está relacionado aos investimentos operacionais realizados em ampliação e manutenção da lavoura de cana, manutenção industrial, em projetos de melhoria de eficiência e com implantação da Unidade Paulicéia.

RESULTADO FINANCEIRO

R$ Mil

ITEM	2008	2007
Juros de Aplicações Financeiras	6.937	6.512
Outros Rendimentos Financeiros	5.317	2.760
Despesas Financeiros - Efeito Caixa	91.900	58.774
Variação Cambial Passiva - Efeito Contabil	204.604	(39.029)
Derivativos - Efeito Contabil	348.623	(13.237)
TOTAL	(632.873)	2.764

• Posição das dívidas

No final do exercício a dívida com instituições financeiras registrou a cifra de R$ 1.281 millhões superior ao montante contabilizado em 2007 de R$ 684 milhões. A variação cambial e as perdas com derivativos aumentaram consideravelmente as dívidas denominadas em dólar.

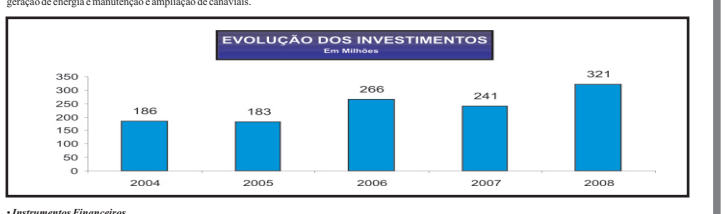
DEMONSTRATIVO DAS DIVIDAS BANCARIAS

R$ 1.000

PERFIL	2008 Valor	2008 %	2007 Valor	2007 %
1 - Total das Dívidas	***1.280.637***	***100***	***684.016***	***100***
Circulante	344.525	27	195.990	29
Não Circulante	936.112	73	488.026	71
2 - Ativos	***605.824***	***47***	***563.222***	***82***
Disponível	52.976	4	80.845	12
Contas a Receber de Clientes	109.030	9	76.898	11
Estoques	443.818	35	405.479	59
3 - Dívidas Liquidas	***674.813***	***53***	***120.794***	***18***

• Investimentos

Os investimentos em ativo imobilizado totalizaram R$ 321 milhões, superior a 2007 quando foram investidos R$ 241 milhões. O destaque foi à implantação da nova Unidade Paulicéia no Estado de São Paulo, que absorveu no exercício recursos num montante de R$ 163 milhões, seguido de aquisição de máquinas, equipamentos, geração de energia e manutenção e ampliação de canaviais.



• Instrumentos Financeiros

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros com o propósito de reduzir sua exposição a riscos relacionados a preços, moeda, taxa de juros e custos operacionais. A administração dos riscos é efetuada mediante sistema de controle e determinação de limites:

a) Riscos Cambiais - Decorre da possibilidade de possíveis perdas cambiais em função da flutuação da taxa de cambio. Para fazer frente a tais efeitos a companhia possui receita de exportação.

b) Riscos de Juros - Mantém política de monitoramento nos mercados visando atenuar a necessidade de proteção.

c) Riscos de créditos - Possui uma criteriosa política de concessão de créditos a receber de clientes.

d) Riscos ambientais - Para os riscos associados ao meio ambiente são dotados procedimentos e investimentos em equipamentos de controle e sistema de poluição.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Usina Caeté por meio de suas unidades industriais atua ativamente nas localidades onde estão estabelecidas, mantendo seu compromisso de contribuir para melhoria da qualidade de vida da comunidade por meio de convênios, ações filantrópicas, doações, programas de proteção ao meio ambiente e realizações de diversos patrocínios culturais.

Treinamento e Desenvolvimento.

A empresa vem, ao longo dos anos, desenvolvendo e ampliando mecanismo que visam garantir a melhoria contínua da qualificação profissional de seus colaboradores e mobilizando esforços no crescimento individual e coletivo da sua força de trabalho.

Discriminação	Caeté	Marituba	Cachoeira	Paulicéia	V. Grande	Delta	Total
Nº de Funcionários	3.325	2.753	4.734	465	1.705	2.347	15.329
Nº Partic. em Treinamento	7.312	3.153	4.731	2.296	2.196	2.908	22.596
Total de carga horária	29.951	14.038	21.852	65.067	26.685	38.950	196.543

Meio Ambiente.

A dimensão ambiental está inserida nas atividades exercidas pela Companhia através de suas unidades industriais em suas respectivas localidades. Várias ações são desenvolvidas como plantio de mudas de espécies nativas, reflorestamentos de matas ciliares e apoio a projetos de pesquisas. Foram criadas duas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN'S) que estão devidamente protocoladas no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

• Auditores Independentes

Conforme o disposto no 2º da Instrução CVM 381/03, a Usina Caeté informa que a KPMG Auditores Independentes revisa as Demonstrações Financeiras e prestam apenas serviços de auditoria externa. A política na contratação de serviços relacionados a auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2008	2007
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	52.976	80.845
Contas a receber de clientes	5	109.030	76.898
Estoques	6	443.818	405.479
Adiantamentos a fornecedores de matéria-prima	7	73.816	74.467
Outras contas a receber	10	35.328	8.887
Impostos a recuperar	8	45.070	18.941
Instrumentos financeiros derivativos	23	4.382	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	59.486	-
		823.906	665.517
Não circulante			
Partes relacionadas	9	13.452	14.075
Depósitos judiciais e outros		8.812	7.814
Adiantamentos a fornecedores de matéria-prima	7	8.916	13.711
Impostos a recuperar	8	21.680	17.430
Outras contas a receber	10	968	17.602
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	77.938	-
		131.766	70.632
Investimentos	11	16.713	17.249
Imobilizado	12	1.426.855	1.247.650 *
Intangível		2.188	1.430 *
Diferido	13	10.166	3.608
		1.455.922	1.269.937
		2.411.594	2.006.086

Passivo	Nota	2008	2007
Circulante			
Fornecedores	14	136.514	67.589
Financiamentos e empréstimos	15	344.525	195.990
Salários e férias a pagar		19.331	19.174
Adiantamentos de clientes	16	36.905	1.338
Impostos e contribuições a recolher	17	19.609	18.769
Outras contas a pagar		6.770	817
Instrumentos financeiros derivativos	23	171.500	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	1.490	-
		736.644	303.677
Não circulante			
Financiamentos e empréstimos	15	936.112	488.026
Partes relacionadas	9	4.520	8.795
Impostos e contribuições a recolher	17	68.649	56.569
Impostos e contribuições sub judice	18	199.549	225.073
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	16.097	16.829
		1.224.927	795.292
Patrimônio líquido	20		
Capital social		560.000	538.062
Reservas de capital		-	12.484
Reserva de reavaliação		306.509	307.931
Reservas de lucros		8.987	14.445
Lucros (prejuízos) acumulados		(425.473)	34.195
		450.023	907.117
		2.411.594	2.006.086

(*) Saldos reclassificados para melhor apresentação das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (Em milhares de reais)

	Nota	2008	2007
Receita operacional bruta			
Venda de produtos e serviços			
Mercado interno		460.093	537.319
Mercado externo		622.201	446.612
Serviços prestados e outros		2.616	5.969
Deduções			
Impostos sobre as vendas		(77.564)	(97.316)
Devoluções e abatimentos		(3.411)	(3.101)
Receita operacional líquida		1.003.935	889.483
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados		(846.491)	(710.733)
Lucro bruto		157.444	178.750
Outras (despesas) receitas operacionais			
Vendas		(93.849)	(85.206)
Administrativas e gerais		(61.442)	(52.321)
Financeiras líquidas	21	(632.873)	2.764
Resultado da equivalência patrimonial	11	(561)	(1.591)
Outras (despesas) receitas operacionais	22	32.786	(187) *
		(755.939)	(136.541)
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		(598.495)	42.209
Imposto de renda e contribuição social	19	139.223	(14.738)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(459.272)	27.471
Lucro (prejuízo) líquido por ação do capital final		(32,14)	1,92
Quantidade de ações ao final do exercício		14.291	14.291

(*) Saldos reclassificados para melhor apresentação das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2006	538.062	12.484	309.353	13.071	13.159	886.129
Realização da reserva de reavaliação			(1.422)		1.422	-
Ajuste de exercícios anteriores					1.017	1.017
Lucro líquido do exercício					27.471	27.471
Destinações:						
Reserva legal				1.374	(1.374)	-
Dividendos propostos					(7.500)	(7.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	538.062	12.484	307.931	14.445	34.195	907.117
Ajustes de adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (Nota 3.1)					4.963	4.963
Aumento de capital	21.938	(12.484)		(5.458)	(3.996)	-
Ajuste de exercícios anteriores					(2.785)	(2.785)
Realização da reserva de reavaliação			(1.422)		1.422	-
Prejuízo do exercício					(459.272)	(459.272)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	560.000	-	306.509	8.987	(425.473)	450.023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (Em milhares de reais)

	2008	2007
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(459.272)	27.471
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalesntes de caixa gerados pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	170.283	182.156
Valor residual do permanente baixado	4.569	835
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(136.666)	(733)
Juros e variações cambiais	409.113	2.633
Instrumentos financeiros derivativos	167.118	-
Reversão de impostos e contribuições sub júdice	(20.011)	(4.098)
Resultado da equivalência patrimonial	561	1.591
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	(32.132)	6.786
(Aumento) nos estoques	(38.339)	(38.006)
(Aumento) redução em adiantamentos a fornecedores de matéria-prima	5.446	(25.492)
(Aumento) redução em outras contas a receber	(9.807)	20.106
(Aumento) em impostos a recuperar	(30.379)	(6.224)
(Aumento) em depósitos judiciais e outros	(998)	(641)
Aumento (redução) em fornecedores	68.925	(24.929)
Aumento em salários e férias a pagar	157	2.488
Aumento (redução) em adiantamento de clientes	35.567	(13.216)
Aumento em impostos e contribuições a recolher	12.920	743
(Redução) em imposto de renda e contribuição social	-	(6.137)
Aumento em outras contas a pagar	5.953	32
(Redução) em impostos e contribuições sub judice	(15.499)	-
Ajuste de adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida provisória nº 449/08	4.963	-
Caixas e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais	142.472	125.365
Atividades de investimentos		
Aquisição investimento	(25)	-
Aquisição de imobilizado	(352.472)	(352.541)
Aquisição de intangível	(1.237)	(15)
Aquisição de diferido	(7.664)	(1.721)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	(11.275)	(13.339)
Recebimento de empréstimos com partes relacionadas	11.928	769
Caixa e equivalentes de caixa usados nas atividades de investimentos	(360.745)	(366.847)
Atividades de financiamentos		
Ajustes de exercícios anteriores	(2.785)	1.017
Dividendos pagos	-	(7.500)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos/juros pagos	(50.921)	(220.406)
Empréstimos e financiamentos tomados	248.415	493.025
Empréstimos tomados com partes relacionadas	5.527	9.950
Pagamento de empréstimos com partes relacionadas	(9.832)	(8.742)
Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades de financiamentos	190.404	267.344
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(27.869)	25.862
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	80.845	54.983
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	52.976	80.845
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(27.869)	25.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional

O objetivo social da Empresa é a industrialização da cana-de-açúcar e seus derivados industriais, a produção e comercialização de energia elétrica, a comercialização de seus produtos nos mercados interno e externo e participação em outras empresas. A principal atividade de industrialização é a produção de açúcar demerara, açúcar cristal, álcool anidro e álcool hidratado. A maioria da matéria-prima consumida (cana-de-açúcar) é de produção própria.

Atualmente o processo produtivo da Empresa concentra-se em 5 usinas, sendo três localizadas no Estado de Alagoas e duas no Estado de Minas Gerais.

De acordo com o planejamento estratégico do Grupo a Empresa iniciou em 2007 um projeto de construção de uma nova unidade industrial localizada no município de Paulicéia, Estado de São Paulo, denominada Usina Caeté S/A - Filial Paulicéia, sendo que já foram realizados até 31 de dezembro de 2008 investimentos no valor de R$ 273 milhões em aquisição de máquinas industriais, implementos agrícolas, geração de energia e ampliação de canaviais e demais investimentos pré-operacionais. O Projeto está previsto para entrar em operação na safra 2010/2011 com uma moagem inicial de 2,0 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. Na safra 2008/2009 a Unidade industrializou 63.000 toneladas de cana-de-açúcar através de terceiros e comercializou 1.200.000 toneladas junto a outras empresas da região. A previsão para próxima safra, 2009/2010, é comercializar aproximadamente 1.500.000 toneladas de cana-de-açúcar.

Prejuízo do exercício de 2008

A Usina Caeté S. A. registrou prejuízo líquido de R$ 459.272 no exercício de 2008 ante o lucro líquido de R$ 27.471 em 2007. O prejuízo líquido da Empresa foi influenciado principalmente pelo:

• efeito não-caixa de aproximadamente R$ 203.000 da desvalorização do Real em relação ao Dólar norte-americano, sobre as dívidas em moeda estrangeira, que representam aproximadamente 62,67% da dívida total.

• efeito não-caixa do reconhecimento dos derivativos líquido de R$ 167.118.

2 - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária (Lei das S.A.s), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2008, a Empresa adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008.

A Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória 449/08 modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Os ajustes relativos à adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08 estão detalhados na Nota Explicativa nº 3.

3 - Resumo das principais práticas contábeis

3.1 - Adoção inicial da Lei nº 11.638/07

A Administração da Empresa optou por elaborar balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2008 que é o ponto de partida da contabilidade de acordo com a legislação societária modificada pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08. As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil, entretanto, conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Resolução CFC nº 1.152 de 23 de janeiro de 2009, todos os ajustes com impacto no resultado poderiam ser efetuados contra lucros acumulados na data de transição nos termos do art. 186 da Lei nº 6.404/76, sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações financeiras.

Em decorrência das alterações da Lei 6.404/76, alguns saldos de 2007 foram reclassificados para permitir a comparação com as demonstrações financeiras de 2008. As reclassificações efetuadas não tem impacto no resultado nem no patrimônio líquido de 2007.
As reclassificações efetuadas estão a seguir discriminadas:

• Reclassificação de determinados ativos intangíveis no valor de R$ 1.430 do grupo de contas do ativo imobilizado para o grupo de contas específico de ativos intangíveis

• Reclassificação do saldo da rubrica resultado não operacional no valor de R$ 1.539 (receita) para outras receitas e despesas operacionais.

Seguem abaixo os ajustes patrimoniais decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória 449/08, o sumário das práticas contábeis modificadas pela referida legislação, o resumo dos efeitos no resultado de 2008 e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008 decorrentes da adoção da referida legislação.

3.1.1 - Ajustes da Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 no Balanço Patrimonial na Data de Transição - 1º de janeiro de 2008

	31/12/07 - Saldos	Data de transição - 01/01/2008 Ajustes		Saldos
Patrimônio líquido	907.117	4.963		912.080
Capital social	538.062	-		538.062
Reservas de capital	12.484	-		12.484
Reserva de reavaliação	307.931	-		307.931
Reservas de lucros	14.445	-		14.445
Lucros acumulados	34.195	4.963	{a}	39.158

Resumo dos ajustes

{a} Ajustes contra lucros (prejuízos) acumulados	4.963
{a1} Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado	7.520
{a2} Efeitos tributários do item acima	(2.557)

Sumário das práticas contábeis modificadas pela adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

Instrumentos financeiros

A Empresa possui instrumentos financeiros e derivativos na data de transição reclassificados em ativo ou passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Como resultado das reclassificações, os efeitos da Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e Medida Provisória 449/08, aprovado pela Resolução CFC nº 1.1.52, de 23 de janeiro de 2009 refere-se a valor justo dos instrumentos financeiros, bem como seus efeitos tributários, conforme abaixo:

	Valor contábil (A)	Valor justo (B)	Diferença (B) - (A)
Instrumentos financeiros		7.520	7.520
Operações Target Forward	-	3.316	3.316
Non-Deliverable Forwards	-	4.204	4.204

A diferença entre o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo, foi alocada no saldo de lucros acumulados na data da transição.

As operações com instrumentos financeiros derivativos em 2007 eram contabilizadas apenas no momento de sua liquidação financeira.

Ajuste a valor presente

O CPC 12 estabelece os requisitos básicos a serem observados quando da aplicação do ajuste a valor presente na mensuração de ativos e passivos, decorrentes de operações de longo prazo e operações relevantes de curto prazo. A Empresa não identificou contas de longo prazo ou de valores relevantes que necessitassem seu reconhecimento.

Divulgação sobre partes relacionadas

A Empresa ampliou a divulgação de transações e saldos com partes relacionadas, em notas explicativas, em função do CPC 05.

Ativo diferido

O saldo do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 será mantido até a sua realização total por meio de amortização ou baixa contra resultado.

Ativo intangível

Determinados ativos intangíveis já reconhecidos antes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, e que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Resolução CFC nº 1.139, foram reclassificados do grupo de contas do ativo imobilizado para o grupo de contas específico de ativos intangíveis.

Reserva de reavaliação

O saldo da reavaliação da Empresa será mantido até a sua realização por meio de depreciação, alienação ou baixa por perda.

A possibilidade de reavaliação espontânea de bens a partir de 2008 foi eliminada com as alterações introduzidas na legislação societária brasileira.

Receitas e despesas não operacionais

As receitas e despesas não operacionais foram extintas a partir do exercício de 2008, em função da alteração da Lei nº 6.404/76 pela Medida Provisória nº 449/08. Todavia, os saldos existentes em 31 de dezembro de 2008 e 2007 provenientes da alienação e baixa de ativos de natureza permanente foram reclassificados para outras receitas e despesas operacionais.

Efeitos da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08

Segue conciliação do resultado e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008 considerando os efeitos da adoção inicial da Lei nº 11.638/07, com o resultado que seria obtido caso as mudanças de práticas contábeis relativas à referida legislação não tivessem sido adotadas.

Demonstração dos efeitos no resultado e no Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2008 decorrentes da Adoção Inicial da lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08

	2008
Prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro	(459.272)
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08:	
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	174.639
IR e CSLL diferidos sobre os instrumentos financeiros (34%)	(59.377)
Prejuízo sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 (Resultado líquido ajustado)	(344.010)
Total dos ajustes líquidos decorrentes da adoção da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	(115.262)

	2008
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	450.023
Ajustes na data da transição reconhecidos em:	
Lucros ou prejuízos acumulados	(4.963)
Diferença entre o resultado líquido e o resultado ajustado	115.262
Patrimônio líquido em 31 de dezembro, sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	560.322

Grupo Carlos Lyra

USINA CAETÉ S. A.
CNPJ 12.282.034/0001-03

AÇÚCAR CRISTAL caeté

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (Em milhares de reais)

Os efeitos tributários dos ajustes decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08, quando aplicável, foram lançados nas contas de patrimônio líquido nas quais foram contabilizados os referidos ajustes em contrapartida de contas patrimoniais de ativo ou passivo.

3.2 Resumo das principais práticas contábeis

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para devedores duvidosos, estoques, provisão para contingências, imposto de renda e contribuição social diferidos, mensuração de instrumentos financeiros e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito abaixo.

Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Empresa tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Empresa gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Empresa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Outros

Outros instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizados no resultado, exceto nas circunstâncias descritas abaixo para contabilização de operações de hedge.

Moeda estrangeira

A Administração da Empresa definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Resolução CFC nº 1.120.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Ativos circulantes e não circulantes

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

A safra fundada corresponde as despesas incorridas com tratos culturais nas lavouras de cana de açúcar a serem apropriados ao custo da próxima safra.

Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% são avaliadas por equivalência patrimonial.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados e acrescidos de reavaliação. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 12 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais.

A Empresa realiza as principais atividades de manutenção programadas em bens do ativo imobilizado em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Os principais custos de manutenção anual incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra.

A Empresa contabiliza os custos de manutenção anual de acordo com a "Instrução Técnica 01/2006" emitida pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil IBRACON. Tais custos são contabilizados como componentes do ativo imobilizado e depreciados em função da expectativa de geração de benefício, geralmente na safra seguinte. Os custos da manutenção periódica normal são contabilizados em despesas quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhoram ou mantém a capacidade de produção do bem ou introduzem aprimoramentos aos equipamentos. A perda de substância econômica dos ativos de longo prazo é reconhecida quando de eventos ou mudanças nas circunstâncias.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear no prazo médio de 5 anos.

Diferido

O ativo diferido refere-se ás despesas pré-operacionais e aos gastos de reestruturação da Empresa.

Registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear ás taxas que levam em consideração a vida útil dos ativos. O ativo diferido é registrado quando há um aumento dos benefícios econômicos relacionados a esse ativo.

A Empresa optou por manter o saldo do ativo diferido até a sua realização total por meio de amortização ou baixa contra o resultado.
Redução ao valor recuperável

Os ativos do imobilizado, têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.
Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou não formalizada e constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro anual tributável.

A Empresa goza do incentivo fiscal de isenção do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração em suas três unidades localizadas no Estado de Alagoas.

Os impostos ativos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Resolução CFC nº 998/04, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.
A Empresa deverá optar pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme Medida Provisória nº 449/08, exercício de opção este que deverá ser manifestado, de forma irretratável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009.

Aspectos ambientais

As instalações de produção da Empresa estão sujeitas à regulamentações ambientais. A Empresa diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Empresa acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

4 - Caixas e equivalentes de caixa

	2008	2007
Caixa e bancos	29.001	29.663
Aplicações financeiras	23.975	51.182
	52.976	80.845

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário CDB, remunerados a taxas que variam entre 100 a 105% do Certificado de Depósito Interbancário CDI.

As aplicações financeiras são realizadas com instituições de primeira linha, para minimizar o risco de crédito, política esta adotada pela Empresa no gerenciamento desses ativos financeiros.

5 - Contas a receber de clientes

	2008	2007
Clientes no País	46.694	46.749
Clientes no Exterior	62.864	30.784
	109.558	77.533
Provisão para devedores duvidosos	(528)	(635)
	109.030	76.898

A exposição máxima ao risco de crédito da Empresa é o valor justo das contas a receber mencionadas acima.

O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade de a Empresa não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Empresa adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento de seu saldo devedor.

6 - Estoques

	2008	2007
Produtos acabados	203.512	188.511
Safra fundada – cana de açúcar	208.655	189.390
Lavoura de soja	6.764	6.607
Almoxarifado e outros	24.887	20.971
	443.818	405.479

7 - Adiantamentos a fornecedores de matéria - prima

	2008	2007
Adiantamentos a fornecedores de matéria-prima	82.732	88.178
Valores classificados no ativo circulante	(73.816)	(74.467)
Valores classificados no ativo não circulante	8.916	13.711

Refere-se a adiantamentos para fornecimento de cana-de-açúcar que serão compensados por ocasião do encerramento da safra com os saldos de fornecimento de cana-de-açúcar.

As estimativas de realização do ativo não circulante estão previstas para as seguintes safras:

Safras	2008
2010/2011	2.092
2011/2012	1.529
2012/2013	1.588
2013/2014	1.886
2014/2015	1.089
Demais safras	732
	8.916

8 - Impostos a Recuperar

	2008		2007	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	13.792	-	5.847	-
ICMS a recuperar	14.734	9.461	7.302	5.518
IPI	-	3.405	-	3.098
PIS	2.953	-	781	-
COFINS	13.584	-	5.005	-
INSS a recuperar	-	8.814	-	8.814
Outros	7	-	6	-
	45.070	21.680	18.941	17.430

9 - Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Usina Caeté S/A e coligadas e controladas as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações:

- A empresa ligada SOTAN Sociedade de Táxi Aéreo do Nordeste Ltda., presta serviços de transporte aéreo para a Empresa. O total gasto com esses serviços, no exercício de 2008, foi de R$ 6.122 (R$ 3.397 em 2007).

- O saldo com a Varrela Pecuária Ltda. refere-se a mútuo sem incidência de encargos financeiros, não possuindo data prevista para sua liquidação.

- Os saldos com a Empresa Futura Agropecuária Ltda refere-se ao valor dos custos iniciais relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção de nova unidade de produção, que com a efetiva formalização dos atos societários determinando a transferência do controle acionário da Futura - Agropecuária Indústria e Comércio Ltda. para a Usina Caeté S/A e para a Lagense S/A Administração e Participação, foi reclassificado para este grupo.

- Fábrica da Pedra S.A. - refere-se a mútuo sem incidência de encargos financeiros, não possuindo data prevista para sua liquidação.

Os saldos das transações com as empresas do grupo são mantidos a valores históricos e demonstrados como segue:

	2008		2007	
	Ativo Não circulante	Passivo Não circulante	Ativo Não circulante	Passivo Não circulante
Lagense S.A.	-	4.202	-	8.795
Sotan Ltda.	-	318	773	-
Varrela Pecuária Ltda.	6.613	-	4.041	-
Futura Agropecuária Ltda	4.033	-	9.261	-
Fábrica da Pedra S.A.	2.806	-	-	-
	13.452	4.520	14.075	8.795

10 - Outras contas a receber

	2008	2007
Obras de pavimentação e melhorias do asfalto a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (I)	19.263	16.855
Adiantamento a fornecedores diversos (II)	13.635	5.303
Outros	3.398	4.331
	36.296	26.489
Parcelas classificadas no ativo circulante	(35.328)	(8.887)
Ativo não circulante	968	17.602

(I) Saldo refere-se á construção de estradas, que com o projeto lançado pelo governo chamado PPP (Parceria Pública Privada) a Empresa é ressarcida dos valores gastos com as obras conforme a receita gerada para o governo através de ICMS a recolher.

(II) Trata-se de adiantamento efetuado aos fornecedores de serviços, materiais para manutenção no parque industrial, agrícola e comercial, dada as peculiaridades de tais atividades.

11 - Investimentos

	2008				2007			
	SOTAN – Sociedade de Táxi Aéreo do Nordeste Ltda.(*)	Varrela Pecuária Ltda.(*)	Futura Agropecuária Ltda.(*)	Total	SOTAN – Sociedade de Táxi Aéreo do Nordeste Ltda.(*)	Varrela Pecuária Ltda.(*)	Futura Agropecuária Ltda.(*)	Total
Capital social	24.500	12.400	10		24.500	12.400	10	
Quantidade de ações	1.852.809	20.000	10		1.852.809	20.000	10	
Percentual de participação	90,38%	16,13%	99%		90,38%	16,13%	99%	
Patrimônio líquido	14.144	6.196	(15)		14.450	7.952	(30)	
Valor contábil do investimento	13.060	1.283	-	14.343	14.363	1.571	-	15.934
Resultado da equivalência patrimonial	(277)	(284)	-	(561)	(1.303)	(288)	-	(1.591)
Valor contábil do investimento a justado	12.783	999	-	13.782	13.060	1.283	-	14.343
Bens Imóveis				2.342				2.342
Outros investimentos				589				564
				16.713				17.249

(*) Empresas revisadas pela KPMG

12 - Imobilizado

a . Composição do saldo

	Taxa de depreciação % a.a.	2008 Custo	2008 Depreciação	2008 Líquido	2007 Líquido
Edificações e benfeitorias	4	179.491	(35.310)	144.181	141.086
Instalações diversas	10	30.210	(14.182)	16.028	18.243
Máquinas e equipamentos	10	459.437	(240.032)	219.405	240.503
Máquinas e implementos agrícolas	25	59.971	(43.586)	16.385	11.621
Móveis e utensílios	10	7.296	(3.171)	4.125	3.705
Veículos	20	83.030	(53.074)	29.956	17.866
Computadores e periféricos	20	12.890	(7.249)	5.641	3.971
Aparelhos e ferramentas	10	7.543	(4.774)	2.769	2.405
Equipamentos e aparelhos de telefonia	20	2.636	(1.982)	654	662
Lavoura de cana-de-açúcar	20	513.113	(130.390)	382.723	321.352
Outros		-	-	-	12
Terrenos		418.694	-	418.694	411.443
Imobilização em andamento		122.638	-	122.638	9.924
Custo de manutenção de entressafra industrial		118.965	(97.552)	21.413	30.167
Adiantamentos a fornecedores		42.243	-	42.243	34.690
		2.058.157	(631.302)	1.426.855	1.247.650

b. Movimentação do custo

	2007 Custo	2008 Adições	2008 Baixas	2008 Transferências	2008 Custo
Edificações e benfeitorias	169.463	3.142	(2.670)	9.556	179.491
Instalações diversas	29.627	260	(7)	330	30.210
Máquinas e equipamentos	437.314	2.137	(144)	20.130	459.437
Máquinas e implementos agrícolas	54.828	12.742	(7.592)	(7)	59.971
Móveis e utensílios	6.397	1.197	(334)	36	7.296
Veículos	64.182	21.029	(2.190)	9	83.030
Computadores e periféricos	10.090	2.783	(173)	190	12.890
Aparelhos e ferramentas	6.752	826	(19)	(16)	7.543
Equipamentos e aparelhos de telefonia	2.432	232	(28)	-	2.636
Lavoura de cana-de-açúcar	416.249	128.363	-	(31.499)	513.113
Outros	51	-	(51)	-	-
Terrenos	411.443	7.853	(602)	-	418.694
Imobilização em andamento	9.924	142.942	-	(30.228)	122.638
Custo de manutenção de entressafra industrial	97.552	21.413	-	-	118.965
Adiantamentos a fornecedores	34.690	7.553	-	-	42.243
	1.750.994	352.472	(13.810)	(31.499)	2.058.157

13 - Diferido

	2008	2007
Gastos pré-operacionais	17.937	10.273
Amortização acumulada	(7.771)	(6.665)
	10.166	3.608

Os gastos pré-operacionais, que incluem remuneração dos funcionários, treinamento e aluguel de equipamentos, referem-se a implantação e ampliação da Unidade Volta Grande até o momento em que esta passou a operar normalmente e ao projeto de construção da nova Unidade industrial denominada "Filial Paulicéia". Os gastos diferidos da Unidade Volta Grande são amortizados no prazo de até dez anos.

14 - Fornecedores

	2008	2007
Fornecedores de cana	51.821	31.779
Fornecedores diversos e outros	84.693	35.810
	136.514	67.589

15 - Financiamentos e empréstimos

Tipo	Encargos financeiros Indexador	Taxa média anual de juros	2008 Circulante	2008 Não circulante	2007 Circulante	2007 Não circulante
Crédito Rural		Juros de 8,75%	-	-	12.135	-
FAT (BNDES)	URTJLP	Juros de 7,5% a 10,20%	22.511	91.123	22.714	118.663
	UMBNDES	7,99% a 8,3955%	445	1.067	-	-
	US$	6,1955%	1.638	4.487	-	-
Finame	URTJLP	Juros de 7,5 a 11,5%	15.025	25.002	16.953	25.517
Pró Indústria	IGP-M	50% do indexador	2.110	-	3.485	1.843
Resolução 2770	US$	Juros de 4,53 a 8,5%	7.325	16.396	27.313	-
Resolução 635/87	UMBNDES	Juros de 9,96%	160	794	8.856	-
ACC	Us$	Juros de 5,72% a 6,10%	136.863	8.316	12.680	-
Capital de Giro – Exportação	R$	CDI + juros de 2,5 a 6,75%	4.576	50.889	10.149	-
Nota de crédito industrial	R$	Juros de 8,91% a 10,12%	-	-	14.569	-
NCE – Nota Crédito Exportação	R$	CDI + juros de 6,5 a 12,25%	56.743	12.376	20.138	-
NCE – Nota Crédito Exportação	Us$	Juros de 6,50%	1.933	55.308	8.932	5.314
Pré Pagamento Exportação	Us$	Juros de 5,98% a 7,0%	40.821	498.883	23.168	315.902
Cédula de Crédito Bancário	R$	CDI + juros de 2,5 a 12,5%	30.409	108.879	10.049	20.787
Cédula de Crédito Bancário	Us$	Juros de 5,95%	181	27.426	-	-
Cédula de Crédito - Exportação	CDI CETIP	12,6825%	18.845	11.402	-	-
Conta Garantida	CDI CETIP	9,3872%	9	10.244	-	-
Hot Money	-	16,80%	710	-	-	-
Leasing	-	-	4.221	13.520	-	-
Nota Promissória Rural	R$	Juros de 6,75%	-	-	4.849	-
			344.525	936.112	195.990	488.026

As parcelas a longo prazo tem o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento:	2008	2007
2009	-	65.838
2010	433.901	133.972
2011	169.922	89.507
2012	175.593	100.081
2013 a 2015	156.696	98.628
	936.112	488.026

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R$ 470.586 (R$ 491.562 em 2007), notas promissórias e avais da diretoria e da empresa controladora no valor de R$ 223.638 (R$ 524.637 em 2007) e produtos no valor de R$ 169.441. As demais garantias referem-se a imóveis, hipotecas, cana-de-açúcar e contrato de energia que totalizam o valor de R$ 65.706.

16 - Adiantamentos de clientes

	2008	2007
Adiantamentos mercado externo	32.596	-
Adiantamentos mercado interno	4.309	1.338
	36.905	1.338

Os adiantamentos mercado externo são compostos por valores adiantados pelos clientes em moeda estrangeira para aquisição de açúcar e álcool destinados a exportação, os quais são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento.

17 - Impostos e contribuições a recolher

	2008	2007
Previdência social a recolher	3.226	3.884
FGTS a recolher	1.962	1.812
IRRF a recolher	1.420	968
Cofins a recolher	-	1.110
PIS a recolher	-	240
IPI a recolher	769	629
Taxas Asplana Asplamed Assist. Social	846	217
INSS fornecedores de cana	435	316
INSS – Parcelamento	914	911
ICMS Operações Normais	116	3.076
INSS – Parcelamento TPDA 32.570.779-0	257	-
Parcelamento Especial – Proc 104104525852004/11 (i)	18.347	-
Parcelamento Especial (PAES) Lei 10.684/03	78	90
ICMS – Parcelamento Acordo Decr. 2381/04 (ii)	59.095	61.124
Outros	793	961
	88.258	75.338
Valores classificados no passivo circulante	(19.609)	(18.769)
Valores classificados no passivo não circulante	68.649	56.569

(i) - Em 2008 a Empresa reclassificou o parcelamento especial processo 104104525852004/11 efetuado em 2003 do grupo de impostos e contribuições sub judice no passivo não circulante para o grupo de impostos e contribuições a recolher, segregando curto e longo prazo devido homologação do débito.

(Ii) - Em 2005 a Empresa reconheceu o passivo correspondente ao parcelamento do ICMS, conforme termo firmado com base no Decreto nº 2381 de dezembro de 2004, do Governo do Estado de Alagoas, incluindo principal e juros. A liquidação do parcelamento está ocorrendo normalmente e tem o vencimento final em janeiro de 2019.

18 - Impostos e contribuições sub judice

A Empresa possui ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Os montantes envolvidos nesses processos foram provisionados e parcialmente depositados judicialmente. Com base em opiniões de seus assessores jurídicos, a Empresa não espera perdas no encerramento desses processos além dos valores provisionados.

a) Com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente aos valores negociados, a Empresa constituiu provisão para cobrir perdas potenciais com ações em curso, como segue:

	2008	2007
INSS sobre pró labore	147	147
IPI – Unidade Delta	4.383	4.383
Créditos tributários de IPI (Crédito Prêmio Exportação, não tributável e alíquota zero)	194.348	219.421
Outras	671	1.122
	199.549	225.073

Baseada em opiniões de consultores jurídicos, a Empresa reconheceu em exercícios anteriores, créditos fiscais de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI (compreendendo crédito prêmio exportação, não tributável e alíquota zero), que se encontram pendentes de decisão judicial. Em atendimento as normas contábeis relativas ao reconhecimento de ganhos contingentes, em 2005 a Empresa reconheceu os passivos sub-judice correspondentes aos créditos tributários tomados em anos anteriores.

b) Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto sem mensuração com suficiente segurança para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

c) Ativos contingentes não contabilizados

A Empresa entende como possível a realização de alguns ativos contingentes, com destaque para o crédito no valor aproximado de R$ 270.000 (idêntico valor em 2007) relativo as Unidades do Nordeste, decorrente de ação indenizatória, baseada na Lei 4.870/65, que dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e Álcool e sua aplicação. Embora o processo tenha transitado em julgado, com decisão favorável à Empresa, o valor envolvido ainda se encontra em discussão, portanto, o ganho contingente será reconhecido somente quando esta decisão produzir seus efeitos e não houver mais possibilidade de recursos pela parte contrária.

19 - Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

De acordo com a Resolução CFC n° 998, de 21 de maio de 2004, a Empresa, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Empresa.Em 31 de dezembro de 2008, a Empresa possuía prejuízos fiscais acumulados no montante de R$ 415.667 e a base negativa de contribuição social acumulada de R$ 416.376. Com base em seu histórico de lucratividade e nas projeções de resultados tributáveis futuros, a Empresa reconheceu no exercício de 2008 o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre parte desses créditos fiscais e sobre as diferenças temporárias, conforme segue:

a) Natureza dos tributos diferidos

	2008	2007
Ativo circulante:		
Instrumentos financeiros derivativos	58.310	-
Provisão para devedores duvidosos	1.176	-
	59.486	-
Ativo não circulante:		
Provisão para contingências	488	-
Prejuízos fiscais de imposto de renda	56.948	-
Base negativa de contribuição social	20.502	-
	77.938	-
Passivo circulante:		
Instrumentos financeiros derivativos	1.490	-
Passivo não circulante:		
Reserva de reavaliação	16.097	16.829

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados, a Empresa estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

2010	9.802
2011	10.720
2012	12.605
2013	13.554
2014 a 2016	30.769
	77.450

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas do imposto de renda e contribuição social debitada ou creditada em resultado é demonstrada como segue:

	2008	2007
(Prejuízo) lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(598.495)	42.209
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	(203.488)	14.351
Adições permanentes:		
Despesas não dedutíveis	324	387
Parcela do prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	63.941	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(139.223)	14.738
Alíquota efetiva	-	34%

20 - Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2008, é de R$ 560.000 (R$ 538.062 em 2007), dividido em 14.291 (idêntico em 2007) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Reservas

Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência da reavaliação parcial de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por consultoria especializada. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram reconhecidos e estão classificados no passivo não circulante.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários.

c.Dividendos

O estatuto social prevê a seguinte destinação para os lucros auferidos em cada exercício, após aprovação por Assembléia Geral Ordinária:

- valor aprovado em Assembléia, para formação de fundo de substituição de instalação (facultativo);

- até 10% para gratificação à administração da sociedade;

- no mínimo 25%, ajustado na forma da Lei 6.404/76, para distribuição de dividendos aos acionistas.Em 2007 a Empresa antecipou a distribuição parcial de dividendos sobre o lucro líquido do exercício para aprovação dos acionistas como segue:

	2007
Lucro líquido do exercício	27.471
Apropriação para reserva legal	(1.374)
Base de cálculo dos dividendos	26.097
Dividendos estatutários – 25%	6.524
Dividendos distribuídos	7.500

21 - Financeiras líquidas

	2008	2007
Despesas financeiras		
Juros s/ empréstimos, financiamentos e impostos	(88.604)	(55.539)
Instrumentos financeiros derivativos	(414.264)	(20.877)
Variações monetárias e cambiais passivas	(204.604)	(19.323)
Outros	(3.296)	(3.235)
	(710.768)	(98.974)
Receitas financeiras		
Juros s/ aplicações	6.937	6.512
Variação cambial ativa	41.579	58.352
Instrumentos financeiros derivativos	24.062	34.114
Outros	5.317	2.760
	77.895	101.738
	(632.873)	2.764

22 - Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	2008	2007
Outras receitas operacionais:		
IPI – Créditos insumos	16.926	-
Crédito de Pis Lei 10.637/02 e de COFINS Lei 10.833/03	4.694	4.046
Lucro na venda de ativo imobilizado	10.940	1.539
Recuperação de despesas diversas	5.901	3.049
Outras receitas	6.348	2.950
	44.809	11.584
Outras despesas operacionais:		
Contribuição de Associação de classe	1.962	1.292
Multas e taxas	2.903	1.073
CPMF	73	5.794
ICMS diferença de alíquota	1.481	2.131
Impostos sobre operações financeiras	2.683	8
Outras	2.921	1.481
	12.023	11.771
	32.786	(187)

23 - Instrumentos Financeiros

A Empresa mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.) o qual é aprovado pela Diretoria para a operacionalização da estratégia apresentada.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.A política financeira tem como objetivo determinar parâmetros de utilização de instrumentos financeiros, inclusive derivativos, que visam à proteção de ativos e passivos operacionais e financeiros, expostos à variação de taxa de câmbio, juros e commodities, bem como estabelecer limites de crédito junto às instituições financeiras.

Todas as operações que envolvem instrumentos financeiros, estão integralmente reconhecidas na contabilidade e referem-se aos instrumentos a seguir demonstrados:

Descrição	Empréstimos e Recebíveis	Mensurados ao valor justo	Disponíveis para venda	Saldo contábil/ valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa			29.001	29.001
Aplicações financeiras			23.975	23.975
Contas a receber de clientes	109.030			109.030
Outras contas a receber e adiantamento a fornecedores	119.028			119.028
Partes relacionadas	13.452			13.452
Outras contas a receber	52.323			52.323
Instrumentos financeiros derivativos		4.382		4.382
Passivos				
Fornecedores e outras contas a pagar	(143.284)			(143.284)
Instrumentos financeiros derivativos		(171.500)		(171.500)
Empréstimos e financiamentos	(1.280.637)			(1.280.637)
Partes relacionadas	(4.520)			(4.520)

Grupo Carlos Lyra

USINA CAETÉ S. A.
CNPJ 12.282.034/0001-03

AÇÚCAR CRISTAL caeté

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (Em milhares de reais)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

• Caixa e equivalentes de caixa - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

• Aplicações financeiras - Os valores contábeis destes instrumentos são próximos ao valor justo, por conta dos seus índices de remuneração (CDBs são todos indexados à uma variação do CDI) ou pelo curto prazo de vencimento.

• Contas a receber, Adiantamentos a Fornecedores, Outras contas a receber, Fornecedores e Outras contas a pagar - Saldos decorrentes diretamente das operações da Empresa, sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

• Empréstimos e Financiamentos - Estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratarem de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de financiamento específicas, indexados às taxas prefixadas, TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo e CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

• Instrumentos Financeiros Derivativos - O critério de determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é baseado primariamente nas cotações dos instrumentos em mercados ativos, ou na sua ausência, em modelos de precificação consagrados e amplamente utilizados pelo Mercado e que consideram dados de Mercado externos à Empresa, na data da apuração.

As operações da Empresa estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de Crédito

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Empresa adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Empresa somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Empresa e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Empresa. Para mitigar esses riscos, a Empresa monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros e câmbio

Decorre da possibilidade da Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio em dólares utilizadas pela Empresa para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros.

Instrumentos financeiros derivativos

Conforme definido nas políticas internas, o resultado da Empresa deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de transações no mercado financeiro. Desta forma, a utilização de derivativos deve ter como finalidade exclusiva a proteção das eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta. O critério adotado para definição do valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos está atrelado ao valor da divida e/ou dos ativos.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. Todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo.

A Administração da Empresa mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

Os seguintes instrumentos derivativos são utilizados pela Empresa:

• Non-Deliverable Forwards: Operações de balcão de venda e/ou compra de dólar com vencimento futuro, sem desembolso de caixa inicial, tendo como base um valor em dólar (notional) e uma taxa futura comprada ou vendida (strike). No vencimento da operação o resultado será a diferença entre a taxa contratada e a Ptax no vencimento, multiplicada pelo valor base (notional).

• Target forward: Operações de balcão de venda de dólar com vencimentos futuros, sem desembolso de caixa inicial, com as seguintes condições: Caso a Ptax na data do vencimento (fixing date) estiver abaixo do dólar contratado (strike), a Companhia receberá a diferença entre o dólar contratado e o Ptax, multiplicado pelo valor base original. Pode haver um limitador de ganho para a Empresa, quando a diferença entre a Ptax e o strike, ao longo dos vencimentos, atingir na média R$0,40, cancelando os vencimentos subseqüentes (Knock out). Se o dólar estiver acima do strike, a Empresa pagará a diferença entre o dólar contratado e o Ptax, multiplicada pelo dobro do valor base.

• Contratos de swaps de taxa CDI x Dólar: Operação de balcão estruturada com Instituições financeiras de primeira linha para troca de indexadores, sobre um valor base (notional), onde a Empresa na ponta ativa recebe CDI, pagando na ponta passiva variação do dólar.

• Opções de commodities: São operações de balcão, nas quais o vendedor (Usina Caeté) vende um determinado ativo (açúcar e álcool) por um preço pré-fixado. A opção de venda (put) dá o direito de vender o ativo na data do vencimento, ou antes desta, por um preço predeterminado (preço de exercício), sendo a opção exercida, se o preço de exercício for superior ao preço do ativo-objeto.

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Empresa em 31 de dezembro de 2008.

Contratos de proteção patrimonial	Vencimentos	Valor de referência	Valor justo	Valores a receber	Valores a pagar
Opções de commodities	Jan a Dez de 2009	58.500	23.252	-	23.252
Non-Deliverable Forwards	Jan a Dez de 2009	67.010	33.276	-	33.276
Target – Profit	Jan a Out de 2009	138.429	53.672	-	53.672
Contratos de swaps Dólar vs CDI	Jan a Dez de 2009	1.674.930	56.918	4.382	61.300
				-	-
				4.382	171.500

As operações com derivativos demonstrados acima, foram integralmente liquidadas até a data do parecer dos auditores independentes.

24 - Compromissos de compra

A Empresa possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para o próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Empresa será determinada para cada período de colheita ao término de tal período de colheita.

25 - Cobertura de seguros

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Acionistas da
Usina Caeté S/A
Maceió - AL

1.Examinamos o balanço patrimonial da Usina Caeté S/A, levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixas, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2.Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Empresa, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3.Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Caeté S/A em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e os fluxos de caixas, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4.A Empresa ainda não realizou a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, com a finalidade de, entre outros assuntos, deliberar sobre as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2007, sobre o resultado do exercício social de 2007 e a proposta de aumento do capital social, contrariando os artigos 132 e 134 da Lei das Sociedades Anônimas.

5. Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras da Usina Caeté S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, e sobre as quais emitimos um parecer sem ressalva, datado de 16 de maio de 2008, contendo parágrafo de ênfase relativo ao assunto mencionado no parágrafo 4, aplicável as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, assunto este solucionado com a aprovação das demonstrações financeiras através da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de maio de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa 2 às demonstrações financeiras, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º. de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

6.A demonstração do fluxo de caixa correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparada em conexão com as demonstrações financeiras do exercício de 2008, foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essa demonstração está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 5, tomadas em conjunto.

18 de junho de 2009

KPMG Auditores Independentes.
CRC 2SP014428/0-6-F-SC

Cláudio José Biason
Contador 1SP144806/O-7 S-AL

ADMINISTRAÇÃO

Carlos Benigno Pereira de Lyra Neto
Diretor Presidente
CPF 003.328.604-34

Nancy Virginia Karns Lyra
Diretora Vice-Presidente
CPF 002.651.014-68

Robert Carlos Lyra
Diretor Vice-Presidente Executivo
CPF 133.813.344-68

Fernando Lopes de Farias
Diretor Superintendente
CPF 068.244.044-20

Alberto Carlos Mendes Klumb
Diretor
CPF 628.798.557-72

Aryl Pontes Lyra Filho
Diretor
CPF 098.795.284-68

Severino Cláudio de Souza Jr
Diretor
CPF 375.683.614-20

Maria Irene Sibaldo Leite
Diretora
CPF 453.995.224-20

MOACIR DA ROCHA BASTOS
Sup. Controladoria
CPF 027.750.934-34 - CRC. 1997 - AL

DURVAL VIEIRA ALVES
Gerente Contábil
CPF 241.158.864-04 - CRC. 3947 - AL